



Presidente **p.13**

“Vencemos a descrença nas nossas capacidades”



PSD **p.17**

“O PSD mantém inabalável o seu compromisso com o projecto europeu”

Povo Livre



nº 1883

8 de Julho de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



PORTUGAL É UM PAÍS MAIS LIVRE

Pedro Passos Coelho intervém no 41.º aniversário da PSD, em Portimão

Sistemas de pensões estão subfinanciados



Os sistemas de pensões públicas “não estão suficientemente financiados”. O Primeiro-Ministro adverte que dentro de 15 anos haverá apenas um activo por cada pensionista. Ao intervir na cerimónia de inauguração da Unidade de Cuidados Continuados da Acredita, em Travassós de Baixo, no concelho de Viseu, dia 30 de Junho, Passos Coelho referiu que as pensões actuais “são pagas com as contribuições daqueles que estão hoje a trabalhar”. Lembrou a sociedade de há 40 anos em que havia “por cada aposentado cerca de quatro a cinco activos a fazer descontos e contribuições para suportar essas pensões”. “E agora imaginem que não temos dois por cada pensionista e que dentro de 15 anos teremos um activo por cada pensionista e pouco tempo depois teremos mais pensionistas do que activos”, sublinhou.

O chefe do Governo questionou o que dirá um presidente de Câmara, Primeiro-Ministro ou ministro “daqui a 15 ou 20 anos àqueles que descontaram mais do que aqueles que hoje, recebendo pensões, descontaram no passado e que vão receber menos de metade das pensões daqueles que hoje acham que recebem pouco”.

Para o Primeiro-Ministro, a melhor maneira de resolver os problemas “é reconhecê-los e começar a actuar sobre eles”. “Se o pudermos fazer com um amplo consenso na sociedade portuguesa tanto melhor. Se o não tivermos, temos que fazer em qualquer caso, porque não podemos ficar com a responsabilidade de nada fazer, esperando apenas que os problemas possam vir a aparecer no futuro”, considerou.

No seu entender, sempre que alguém o aborda questionando se “conseguia viver com uma pensão de 150, 200 ou 230 euros”, isso é “o reflexo da irresponsabilidade do passado”. “Uma pessoa que tem hoje uma pensão mínima, se for uma pensão de velhice, tem essa pensão porque durante toda a sua vida o Estado não cuidou de



realizar políticas que garantissem que no fim desse período essa pensão fosse adequada às necessidades”, referiu.

Passos Coelho revelou ainda ser essencial o combate à corrupção em áreas como a saúde, que envolvem “milhares de milhões de euros por ano”. Na sua opinião, “cada vez que alguém faz aldrabices, há corrupção nesta área e há gente que se porta mal, desviando fundos que são necessárias para a actividade das políticas públicas, menos o Estado tem condições para apoiar aqueles que precisam”.

Durante a cerimónia, o ministro Paulo Macedo destacou que esta a obra vai marcar a cidade durante décadas. “Vai de encontro às necessidades daquilo que sabemos que são os mais vulneráveis. Trata-se de algo que é significativo porque serve as pessoas e é um investimento de mais de 1,3 milhões de euros, dos quais são comparticipados pelo Estado 750 mil euros”, revelou.

A Unidade de Cuidados Continuados da IPSS Acredita - Rio de Loba vai “servir umas centenas de doentes ao

longo do ano” e vai criar “mais umas dezenas de postos de trabalho diferenciados para servir na área da saúde”.

Portugal deve manter-se na “normalidade”

Passos Coelho sustentou ainda que Portugal se deve manter “dentro desta nova normalidade”, que considera indispensável para, nos próximos anos, remover “os resquícios de austeridade”, sem penalizar os mais vulneráveis e que têm rendimentos mais baixos. Ao discursar numa sessão na Câmara Municipal de Viseu, Passos Coelho referiu que Portugal deve conseguir, “pela primeira vez, que o défice das contas públicas fique abaixo dos 3 por cento”, sendo a meta do Governo os 2,7 por cento. “Os dados de que dispomos continuam a apontar para que esse objectivo seja alcançado. Isso é indispensável a Portugal”, frisou.

Apesar da possibilidade de virem a ocorrer “tempos de maior perturbação financeira nos mercados externos”, o governante garantiu que Portugal tem “reservas suficientes” para passar este período. “Temos o suficiente



para esperar que uma resposta mais robusta da área do euro possa vir a acontecer em defesa da própria zona euro, se isso for necessário”, acrescentou.

No entanto, segundo Passos Coelho, em períodos de maior perturbação, ainda é mais importante mostrar a determinação de Portugal “em ter boas contas e em aliviar a pressão sobre os portugueses”, sendo esse o motivo por que o Governo faz “tanta questão de ficar com o défice abaixo dos 3 por cento”. “As pessoas muitas vezes acham que esta é uma perspectiva um bocadinho economicista de tratar os nossos problemas públicos. Mas não é. Quando a política falha, quando os políticos não revelam o nível de responsabilidade suficiente, é nesse dia que se submetem à ditadura das finanças”, considerou.

O Primeiro-Ministro recordou que Portugal vai ter acesso “a mais de 20 mil milhões de euros nos próximos anos em termos de financiamento europeu”, que serão maioritariamente destinados à promoção da competitividade dos territórios, da economia e das empresas. Apesar de os mercados financeiros já permitirem o investimento que é preciso para o desenvolvimento de Portugal, considerou que “ainda não está tudo feito”. “À nossa escala estamos a fazer o que é preciso. Do lado da Europa ainda precisamos de mais aperfeiçoamentos nesta matéria, seja ao nível da união bancária, seja ao nível da chamada união financeira, que pressupõe também a união de mercados de capitais”.

Passos Coelho fez votos para que “o que se está a viver com a Grécia não impeça essa discussão na Europa e, pelo contrário, até acelere algumas das decisões” que é preciso tomar. “Devemos acelerar a nossa discussão e adoptar decisões importantes até ao final do ano que mostrem a vontade que ao nível da zona euro existe de fortalecer o euro, de trazer uma união bancária e uma união financeira que coloque todas as empresas em melhor condição de competição, de modo a não prejudicá-las pela sua geografia”, acrescentou.

Na sua opinião, “as empresas, desde que sejam boas, tenham bons projectos, devem ser tratadas da mesma maneira seja em Itália, França, Alemanha ou em Portugal”. “Nós temos boas empresas, bons projectos, bom pessoal, não há nenhuma razão para sermos discriminados negativamente”, frisou.

Portugal continuará a ser solidário com a Grécia



O Primeiro-Ministro admite que seja negociado um novo programa de resgate à Grécia e rejeitou críticas ao comportamento do Governo no quadro europeu. Em declarações aos jornalistas, à margem de uma cerimónia no Centro de Juventude de Lisboa, Pedro Passos Coelho referiu que “o processo negocial é conduzido pelas instituições, e não pelos ministros das Finanças de qualquer país”, e contestou que o executivo português tenha criado dificuldades nas negociações com a Grécia. “Esta intenção que por vezes perpassa em declarações públicas, seja no espaço europeu, seja no espaço nacional, no sentido de estar a atribuir responsabilidades negociais a um país ou outro, é uma tentativa que, creio eu, não cola com o próprio processo”, afirmou.

Passos Coelho salientou que “a posição que o Euro-

grupo assumiu foi unânime”, sem contar com a Grécia. “Não são os ministros das Finanças que estão a negociar com o Governo grego. São as instituições: Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional. O que os ministros das Finanças fazem é responder às avaliações que são feitas por estas instituições sobre as avaliações que têm lugar, mas não são uma parte directa da negociação, portanto, esse comentário nem sequer faz sentido”, argumentou.

Passos Coelho insistiu na ideia de que o processo negocial dos últimos meses “ficou concluído, com o termo da extensão do próprio programa”, e não será prolongado. “Quero insistir, porque me parece que às vezes na comunicação no espaço público pode não ser tão claro, que a matéria negocial que se desenvolveu até final da semana

passada é uma matéria que faz parte da história”.

Interrogado sobre o apelo do Presidente francês, François Hollande, a um acordo “agora”, respondeu: “Não faço ideia do que é que isso possa significar, mas o Presidente francês explicará com certeza”. Segundo Passos Coelho, o que poderá acontecer é “um pedido de terceiro programa”, porque “a Grécia vai precisar de mais dinheiro”.

De acordo com o Primeiro-Ministro português, “estas necessidades [de financiamento da Grécia] existem qualquer que seja o Governo grego”. “Depois desse processo [de referendo], haverá lugar a negociações visando, não como até aqui, o prolongamento de um programa que terminou, mas eventualmente encontrar uma saída para um terceiro programa que responda aos problemas que exis-



tam na Grécia”, considerou, manifestando a esperança de que “no futuro seja possível chegar a um entendimento”.

Passos Coelho ressaltou que respeita “plenamente” a decisão o Governo grego de ter convocado um referendo, e os termos em que foi convocado. “É um referendo que tem importância dentro da vida política e constitucional da Grécia. Portanto, não quero estar desvalorizar o referendo nem o seu resultado, mas também não tenho de o comentar, nem tenho de interferir nesse processo. Era amplamente desejável que os países europeus se abstivessem de fazer comentários sobre essa situação, ao nível dos seus governos, dos seus dirigentes, para não interferir no próprio processo de escolha que cabe ao povo grego”.

Portugal emprestou cerca de 1100 milhões de euros, pelo que, anunciou o Primeiro-Ministro, “se a Grécia vier a precisar de mais ajuda europeia é natural que ela seja veiculada pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade, que vai buscar esse dinheiro ao sistema financeiro” e terá o apoio de “todos os outros países”, que serão solidários com a Grécia.

O presidente no 41.º aniversário da JSD

Portugal é um país mais livre



O presidente do PSD afirmou que “é difícil ajudar quem não quer ser ajudado” e mostrou-se agradecido pela ajuda que os parceiros europeus deram a Portugal para sair da crise e que culminou no resgate externo. “Sabemos bem, por experiência própria, os erros que a classe política e dirigente empresarial e social em Portugal cometeu, sabemos também avaliar de forma muito preciosa a maneira como, quando precisámos, os nossos parceiros europeus nos ajudaram a ultrapassar essa situação difícil”, declarou Pedro Passos Coelho ao discursar no 41.º aniversário da

JSD, em Portimão, 4 de Julho. Passos Coelho lembrou que por “mais que se queira ajudar alguém, é muito difícil ultrapassar as dificuldades quando esse alguém não quer ser ajudado e não se quer ajudar a si próprio”.

O Primeiro-Ministro sublinhou que a Europa está “cheia de exemplos de povos, de nações, que pediram ajuda, mas que souberam também fazer tudo o que estava ao seu alcance para ultrapassar os seus problemas” com as reformas estruturais e as medidas de austeridade que

aplicaram para poderem sair da crise. “E foi isso que aconteceu em Portugal”, afirmou o governante, dando como exemplos a Irlanda ou a Espanha, que também conseguiram aplicar com sucesso a receita da zona euro para realizar “as transformações” que precisavam para “ultrapassar a crise”.

Passos Coelho reconheceu que, agora, com a crise “ultrapassada”, ainda se podem “observar muitos aspectos negativos” aos quais o país precisa de responder nos próximos anos, mas considerou que estão lançadas as bases para, no futuro, Portugal entrar no caminho do crescimento e por essa via melhorar a vida dos cidadãos. “Nós, que agradecemos a ajuda que nos deram para podermos resolver os nossos problemas, não nos esquecemos de todos portugueses que conseguiram, no seu dia-a-dia difícil destes quatro anos, saber que se não fossemos nós a resolver os nossos problemas ninguém, mas ninguém, os viria a resolver no nosso lugar”, elogiou.

O presidente social-democrata considerou que os portugueses, ao longo dos últimos quatro anos de austeridade, souberam fazer o trabalho que “ninguém faria” por eles para tirar o país da crise e lembrou que, em 2010, estava em curso a crise da dívida soberana, tinha havido o pedido de ajuda da Grécia e o programa de assistência à Irlanda. “Portugal tinha acabado de reconhecer inevitabilidade dessa ajuda externa”, acrescentou, frisando que a crise deixou também “a nu as insuficiências da arquitetura europeia e sobretudo a irresponsabilidade nacional que tinha predominado em vários países da zona euro”.

Nestes quatro anos, segundo o líder do PSD, a Europa encontrou “novos mecanismos, que não estavam inicialmente previstos na União Económica e Monetária” para “defender ao mesmo tempo o conjunto dos países da zona euro dos ataques especulativos” e “das vulnerabilidades de cada um dos seus membros”, mas também “ajudar



os que mais precisavam a não terem que sofrer uma espécie de castigo eterno pelos erros passados que tinham cometido". "Nenhuma sociedade e país, por mais erros que tenha cometido, deve condenar as gerações futuras em razão desses erros do passado", defendeu.

O líder do PSD recordou que "nenhuma sociedade, nenhum país, por mais erros que tenha cometido, deve condenar as gerações futuras em razão desses erros do passado". Além disso, as reformas que foram feitas nos últimos quatro anos mostram que Portugal está no rumo certo. "Nós não nos esquecemos do auxílio externo que nos foi dado. Sem esse auxílio, não teríamos conseguido ultrapassar as dificuldades. E agora que ultrapassámos a crise, embora ainda registemos alguns problemas a que temos de dar respostas nos próximos anos, não nos esquecemos dos portugueses que tantos sacrifícios fizeram, sabendo que se não somos nós a resolver os nossos próprios problemas, não há ninguém que os venha resolver em nosso lugar. Por isso, demos o nosso contributo para que a resposta europeia fosse uma resposta eficaz. Estamos agora numa fase diferente: a de saber o que é preciso ainda fazer para prevenir novas crises no futuro. (...) Estaríamos hoje bem pior se a indecisão, se a falta de determinação nos tivesse feito abrandar o ímpeto das reformas e assunção das medidas difíceis que nos haviam de fazer vencer a crise.

Comentando o actual momento que se vive no continente europeu, o presidente do PSD entende que a Europa tem um papel importante, intervindo e chamando a atenção dos governos para reformas mais ambiciosas.

"Em nome dos jovens desses países e dos jovens europeus. Queremos levar mais longe a reforma da Europa e da União Económica e Monetária".

Passos Coelho insiste na necessidade de apostar na competitividade da economia e no investimento produtivo, de forma a conseguirmos "sustentar os nossos níveis de consumos e os nossos padrões de vida para futuro". "Durante quatro anos foi este o debate que tivemos sobre a austeridade. Parecia uma conversa de malucos. "A

austeridade faz mal", diziam. "O que se devia era gastar mais". E eu concordo: a austeridade faz muito mal. E devíamos gastar mais... desde que tenhamos para gastar", acrescentou.

Referindo-se à JSD, Passos Coelho recordou que a JSD tem dado, ao longo destes 41 anos de democracia e de vida do nosso partido, o grande exemplo de se manter como organização com ambição. "Está sempre a olhar alto para o futuro. Quando alguém deseja ser ambicioso na formulação das políticas que faz para futuro, a primeira observação que temos de fazer não é a de que temos de ter os pés bem assentes na terra. Muitas vezes temos de sonhar alto para saber exactamente o que queremos no médio e no longo prazo. Mas a JSD distinguiu-se sempre das outras organizações de juventude por ter os pés assentes na terra. A seguir a formular os desejos para futuro, convicta de que é o melhor para futuro, a JSD quis sempre como é que podemos lá chegar. Como poderemos fugir ao populismo, ao facilitismo, e entregar às pessoas algo que esteja ao seu alcance. (...) A JSD é por isso uma organização de causas sustentáveis e sustentadas".

Lembrou aos jovens que "Se nós queremos ganhar o respeito e o crédito dos outros, temos de saber concretizar bem o caminho que propomos aos outros. Não podemos alcançar tudo o que queremos, mas devemos saber muito bem o que queremos - para definir o caminho que temos de percorrer. Aqueles que se lançam ao mar aproveitando apenas o vento, nunca sabem aonde vão parar. Aqueles que conhecem bem o seu percurso, podem ter muitas contrariedades, podem ter de andar para trás, mas sabem muito bem o que têm de fazer para chegar ao porto de destino. (...) Muito do que se passou aqui, na Irlanda ou em Espanha, aconteceu assim porque nós soubemos fazer o caminho que nos competia percorrer. E é importante mostrar que tal como não foi um acaso termos chegado aonde chegámos, também não é um acaso escolhermos para os próximos anos continuar este caminho de libertação da sociedade portuguesa. Um caminho que oferecerá aos jovens uma perspectiva que muitos outros não tiveram ao longo destes anos: a de se libertarem de facto da sua





origem socioeconómica, para poderem progredir na sua vida, para não serem diferenciados por serem filhos de pessoas com nomes importantes, mas porque eles próprios se souberam valorizar, apostar na sua formação, quiseram ser ambiciosos, progredir, tendo um exercício democrático e livre à sua disposição”.

Portugal é, pois, no entender do Primeiro-Ministro, um país de escolhas mais livres. “O nosso sistema financeiro é hoje diferente. O nosso espaço público é hoje diferente. A sociedade civil é hoje diferente. Todos eles são mais livres e isentos. Todos eles nos tornam mais próximos de uma sociedade mais democrática, mais livre, que por isso pode ser mais solidária. Essa é a sociedade em que estamos a trabalhar, que estamos a construir e que vamos continuar a construir. Neste ano, mais uma vez, não haverá muitas férias. Mas é por uma boa causa. Muito do nosso futuro vai ser jogado nas nossas eleições. Esse futuro não será de tudo ou nada. Vai ser como fizemos até aqui: tem de ser a sério, porque vale a pena lutar a sério por Portugal.”



40.º aniversário da independência

Cabo Verde é um “caso ímpar de sucesso” em África



Cabo Verde é um “caso ímpar de sucesso” em África, que conseguiu sucessivamente a independência, edificar o Estado, enraizar a democracia e aceder ao estatuto de país de Rendimento Médio. O Primeiro-Ministro fez este elogio na Cidade da Praia, onde deu uma conferência de imprensa conjunta com o homólogo cabo-verdiano, José Maria Neves, após iniciar uma visita de cortesia no âmbito do convite para assistir às celebrações do 40.º aniversário da independência de Cabo Verde, que se celebrou no arquipélago e na diáspora. “Não há dúvida de que Cabo Verde é um caso ímpar de sucesso em África. Olhamos para Cabo Verde e vemos hoje um país com rendimento médio, com uma democracia constitucional pluralista enraizada, uma sociedade política respeitadora das liberdades fundamentais e que coloca no topo das preocupações o desenvolvimento sustentável de todo o território”, sublinhou Passos Coelho.

Realçando o “grande respeito” pelo que Cabo Verde conseguiu em 40 anos de Estado soberano, Passos Coelho reforçou a “admiração” pelo facto de o país ser um arquipélago, destacando que tudo foi obtido sem a existência de recursos naturais. “Mas creio que o resultado obtido nestes 40 anos nos merece não só respeito como admiração. Cabo Verde é, de facto, um caso único de sucesso em África, de um país que consegue elevar-se a país de rendimento médio e, ao mesmo tempo, dar resposta à satisfação de anseios tão importantes como aqueles que uma Nação tão jovem contém”, afirmou.

Destacando o relacionamento político bilateral actual

“muito intenso”, o chefe do executivo português lembrou que a cooperação vem desde que o país acedeu à independência, a 5 de Julho de 1975, ao ponto de, hoje em dia, ambos se afirmarem como parceiros estratégicos do desenvolvimento.

No plano económico, realçou, há a “satisfação” relacionada com a intensidade das atuais relações e o “reconhecimento” da margem de progressão que se pode ainda registar em múltiplos sectores, como infra-estruturas, energia, ambiente, saúde, formação profissional, agroturismo, turismo, novas tecnologias e no domínio do mar.

“Cabo Verde não pode deixar de ter uma relação íntima com o mar, tal como Portugal. Os próximos anos serão, do ponto de vista económico, muito relevantes no desenvolvimento de novos serviços e indústrias que irão explorar o potencial de forma mais intensa”, referiu Passos Coelho, aludindo ao “cluster” do mar que o país está a desenvolver.

Por outro lado, o Primeiro-Ministro destacou também a disponibilidade de Lisboa para reforçar a área da segurança marítima, que estão também a ser desenvolvidos em parceria com países africanos e com a União Europeia (UE). “Há questões sobre a vizinhança a sul do Mediterrâneo, os problemas de segurança e terrorismo, e Cabo Verde tem também tido uma importante acção para responder aos desafios de segurança e de combate ao narcotráfico”, salientou, lembrando que estão a ser já lançadas as novas bases de cooperação para o triénio 2016/19.

José Maria Neves considera que Portugal tem sido, desde a proclamação da independência, em 1975, o principal parceiro do desenvolvimento de Cabo Verde, cujos ganhos têm o “selo da excelência das relações” entre os dois países. “Muito do que cumprimos nestes 40 anos tem o selo da excelência das relações entre os nossos dois países. A presença do Primeiro-Ministro português é, para nós, um grande gesto que nos toca muito fundo”, destacou Neves, ladeado por Passos Coelho.

O Primeiro-Ministro cabo-verdiano apontou, depois, as áreas de cooperação portuguesa no arquipélago, transversais a todos os sectores do país, e destacou, nos últimos anos, a “importante” linha de crédito (200 milhões de euros), com juros bonificados. “(A linha de crédito) tem permitido a Cabo Verde modernizar as infra-estruturas (aeroportos, portos, estradas, barragens e habitação) e construir as bases para o nosso crescimento e para a nossa competitividade”, realçou Neves, que é Primeiro-Ministro cabo-verdiano desde 2001.

“Cumprimos Cabo Verde nestes 40 anos. Tivemos uma trajectória de sucesso. Cabo Verde é hoje um país independente, livre, democrático, prestes a cumprir todos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e as suas metas associadas, que projecta o seu desenvolvimento no horizonte de 2030”, acrescentou. No seu entender, Cabo Verde fez um percurso “a todos os títulos de sucesso”, constituindo uma “experiência positiva” em África, pelo que, agora, a ambição é continuar a crescer. “Mas temos de dizer que tudo isto foi sustentado com



e o desenvolvimento deste país da África Ocidental, que tem um histórico de instabilidade política.

Acompanharam Pedro Passos Coelho nas deslocações a Cabo Verde e à Guiné-Bissau o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, e o ministro da Saúde, Paulo Macedo. O chefe do Governo foi recebido ainda pelo Presidente da República de Cabo Verde, Jorge Carlos Fonseca, num “cocktail” oferecido por este no âmbito das cerimónias do 40.º aniversário da independência deste país.

Apoio de 40 milhões de euros de Portugal à Guiné-Bissau

O Primeiro-Ministro fez um apelo aos empresários para que explorem as oportunidades de negócios que estão a surgir na Guiné-Bissau, graças ao empenho das novas autoridades eleitas. “Faço um apelo aos empresários aqui presentes para que explorem as mais-valias e a oportunidades potenciadas pelo desenvolvimento da Guiné-Bissau”, referiu Pedro Passos Coelho, dirigindo-se a uma delegação de empresários portugueses que estão de visita ao país.

O governante falava em Bissau, durante a visita de um dia que faz ao país, na sessão de abertura de um seminário económico sobre as relações entre Portugal e a Guiné-Bissau. “Sabemos que para a Guiné, como para Portugal, o melhor futuro estará sempre associado a um nível

uma grande solidariedade e um grande contributo de Portugal. Nos últimos anos, durante o Governo de Passos Coelho essas relações têm-se reforçado. Devo lembrar que já foram feitas duas cimeiras - Mindelo e Lisboa -, e com resultados muito positivos. Muito do que cumprimos nestes 40 anos tem o selo da excelência das relações entre os nossos dois países”.

Durante essa visita oficial foi assinado o Programa Estratégico de Cooperação entre Portugal e a Guiné-Bissau para 2015-2020, ao qual está associada uma verba de cerca de 40 milhões de euros para promover a democracia



superior de investimento porque é esse investimento que poderá trazer mais rendimento e emprego”, acrescentou.

Numa palavra, o Primeiro-Ministro acredita que a promoção das iniciativas empresariais faz parte do caminho para “a prosperidade”. Em termos políticos, “os tempos são outros”, destacou, ao mesmo tempo que saudou a “coragem” do seu homólogo Domingos Simões Pereira pelas reformas em curso no país. “Faremos esse caminho juntos”, frisou.

O Primeiro-Ministro guineense comprometeu-se a “criar um ambiente de negócios favorável e promover o desenvolvimento”. “Acreditamos que é com o desenvolvimento do sector privado que vamos vencer o desafio da geração de riqueza e emprego”, destacou.

O Primeiro-Ministro de Portugal acredita que vai ser possível começar a aplicar sem demoras parte dos 40 milhões de euros que vão disponibilizados à Guiné-Bissau até 2020. Passos Coelho assistia à assinatura do Programa Estratégico de Cooperação Portugal - Guiné-Bissau, para o período de Julho de 2015 a Dezembro de 2020, no Palácio do Governo, em Bissau. O documento foi assinado pelos ministros dos negócios estrangeiros dos dois países, Rui Machete e Mário Lopes da Rosa, respectivamente titulares da pasta em Portugal e na Guiné-Bissau. O programa visa apoiar o processo de consolidação da democracia e desenvolvimento do Estado guineense em quase todas as áreas, da defesa ao desenvolvimento rural, passando pela educação. As verbas vão ser transferidas à medida que os projectos ficarem prontos do lado da Guiné-Bissau para poderem ser executados, explicou Passos Coelho. O importante, acrescentou, é que “os projectos estejam bem alicerçados e que depois de serem executados vão ao encontro do que são as necessidades de diagnóstico que constam do programa de cooperação”.

Passos Coelho deixou ainda um apelo à estabilidade, referindo que “apesar dos importantes progressos já alcançados, a situação permanece frágil. A credibilidade alcançada dependerá, em muito, da manutenção da estabilidade política”. A tensão entre o Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau e o Presidente da República, José Mário Vaz,

fez com que, ainda na última semana, o chefe de Estado discursasse à nação para negar que tivesse um plano para demitir o Governo - como era admitido em meios diplomáticos e comentado pela população. A comunidade internacional espera agora que as posições se aproximem.

Ainda no que respeita a acordos, o chefe de Governo português entregou simbolicamente 80 distintivos destinados à Polícia de Ordem Pública da Guiné-Bissau de um total de 1700 a entregar no âmbito da cooperação policial entre estados. Passos Coelho anunciou também que vai ser relançado o projecto de construção de um novo

centro cultural português em Bissau. Noutro âmbito, ainda durante o verão, os dois países vão assinar o Programa Quadro de Cooperação Técnico-Militar 2015-2017, “cuja elaboração está em fase de negociação avançada”, referiu Passos Coelho.

O Primeiro-Ministro português chegou na segunda-feira, à Guiné-Bissau, para uma visita de um dia durante a qual foi assinado um Programa Estratégico de Cooperação entre os dois países. Pedro Passos Coelho foi recebido pelas 1h10 locais, no Aeroporto Osvaldo Vieira, pelo Primeiro-Ministro guineense, Domingos Simões Pereira. O



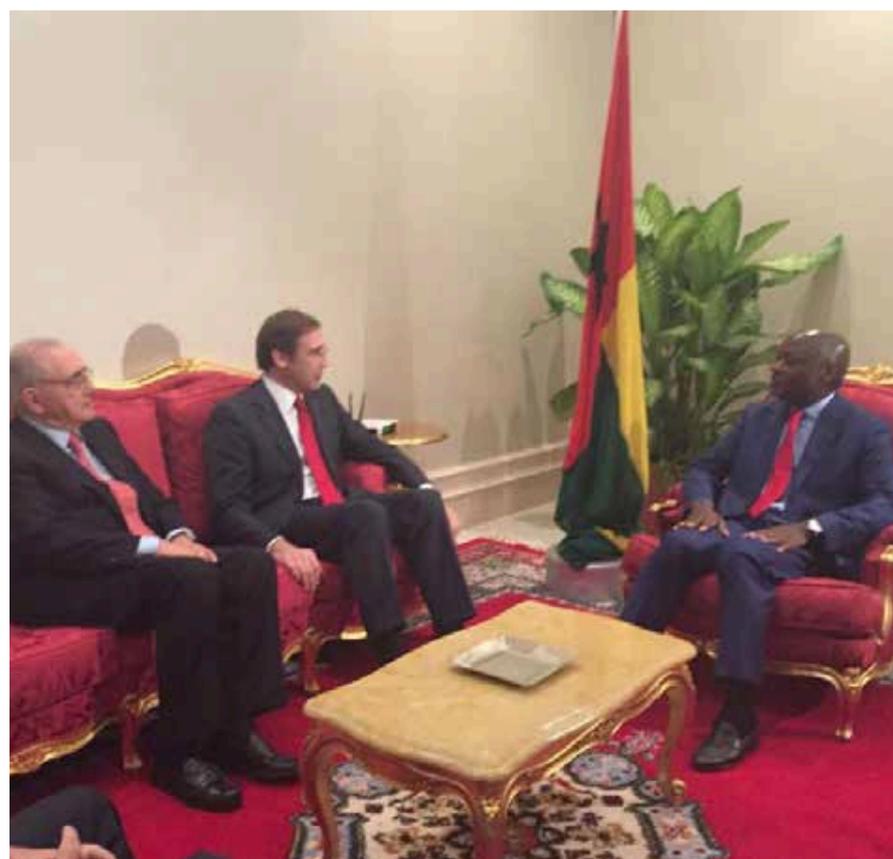


programa terminou com um encontro entre Passos Coelho e Miguel Trovoada, representante da Nações Unidas em Bissau, seguido de uma recepção à comunidade portuguesa. Residem cerca de 7 mil portugueses na Guiné-Bissau.

Integridade do euro não está em causa

O Primeiro-Ministro realçou que a “a integridade do euro” não está em causa. “Creio que na União Europeia, nos últimos cinco anos, já passámos por situações bem mais complexas” e hoje existe “uma capacidade de responder e gerir situações de crise que não existia” na altura, acrescentou Passos Coelho, em Bissau. Para Pedro Passos Coelho, não pode haver retrocessos: “Não acredito que depois de tudo o que passámos que se possa pôr em questão a integridade do euro”. Face ao resultado do referendo de domingo, na Grécia, o líder do Governo português conclui que “mostra claramente que o povo grego não está interessado nos moldes que foram apresentados para as negociações que se desenrolaram entre as instituições da ‘troika’ e o Governo grego. E devemos respeitar essa vontade”. “Agora cabe ao governo grego saber como quer conduzir a situação do seu próprio país. Nós não podemos ingerir nos outros Estados. Nem Portugal, nem nenhum outro país da UE tem o direito de estar a impor soluções à Grécia”, sublinhou.

Pedro Passos Coelho considera que, nesta altura, “cabe à Grécia escolher se quer ou não permanecer no euro e se quer ou não quer ter apoio externo nas condições que as regras do euro exigem”. “Julgamos que agora eles é que têm a palavra. Não entendo que seja útil estar a adiantar seja o que for, porque cabe ao governo grego saber com quer resolver os problemas da Grécia e ir ao encontro das expectativas dos gregos.”



Jornadas Parlamentares do PSD e CDS-PP em Alcochete

“Vencemos a descrença nas nossas capacidades”



O Executivo corrigiu nesta legislatura os desequilíbrios herdados e é preciso persistir na “guerra sem quartel às desigualdades”. No encerramento das jornadas parlamentares do PSD e do CDS-PP, em Alcochete, no distrito de Setúbal, Pedro Passos Coelho afirmou que as economias podem “crescer e ser profundamente desiguais”, mas que não é isso quer. Passos Coelho sublinhou que é preciso “declarar guerra sem quartel às desigualdades de natureza económica e social”. O presidente do PSD alegou que, “de todos os países que enfrentaram situações de profundo desequilíbrio, Portugal era seguramente o que tinha condições mais adversas e mais negativas à sua frente: elevada dívida pública, elevada dívida privada, uma economia protegida, o hábito de exigir tudo ao Estado e uma cultura democrática ainda incipiente, que não privilegiava a responsabilidade”. “Podemos dizer aos portugueses que cumprimos com aquilo que era indispensável para o país: fechar programa de assistência económica e financeira, contra muitas probabilidades”, frisou Passos Coelho, explicando que só assim foi possível recuperar a confiança dos mercados. Num “país com adversidades pela frente”, prosseguiu o chefe do Executivo, “vencemos a desconfiança e a descrença nas nossas capacidades”, pelo que “conseguimos agora andar pelo nosso próprio pé sem outros auxílios”.

O líder do PSD ressaltou também a subida do emprego, a competitividade da economia, as melhorias na produtividade e o equilíbrio nas contas externas conquistados nos últimos quatro anos. “Há uma economia global que está ao nosso alcance. (...) Somos um país com bons empresários, boas empresas e bons trabalhadores”, congratulou-se o Primeiro-Ministro, que não dá a sua tarefa por concluída, prometendo estar focado em “libertar o país da ditadura financeira”.

O presidente do PSD afirmou que pretende levar ao debate do “Estado da Nação” de dia 8 de Julho, uma mensagem de confiança na zona euro e na economia portuguesa. Passos Coelho explicou que muitos debates no Parlamento parecem “uma espécie de ‘djà vu’”, com a “cristalização de muitas opiniões e de muitos argumentos”. “Pode ser que amanhã [quarta-feira] seja diferente, e que possamos falar da confiança que hoje temos quando olhamos para a zona euro, da confiança que temos quando olhamos para o nosso país, que é como quem diz, quando olhamos para as nossas empresas, para as nossas instituições, para a nossa economia, para os portugueses. E é com essa confiança que nós vamos construir o futuro todos os dias”.

O líder do PSD defendeu que as privatizações concretizadas durante a legislatura eram necessárias há anos e correram bem, e que o Estado deixou de interferir nos negócios, a contragosto da oposição. “Havia em Portugal muito esta ideia de que o Estado servia para





mais importante”, afirmou Luís Montenegro. O presidente da bancada social-democrata falava durante uma curta intervenção, no encerramento das jornadas parlamentares. “O projecto de transformação que queremos para Portugal, que oferece uma realização pessoal e profissional a todos os portugueses, esse projecto vai a votos. Nós vamos a votos para vencer as eleições, para continuar a afirmar a liderança de Pedro Passos Coelho e para levar felicidade à vida dos portugueses”, declarou.

Na véspera, o líder parlamentar do PSD invocou a situação da Grécia para tecer críticas ao PS. Na abertura das jornadas parlamentares do PSD e do CDS-PP, em Alcochete, Luís Montenegro defendeu que nas próximas eleições legislativas os portugueses também devem fazer “um julgamento” do que o PS fez no Governo e de como se comportou enquanto oposição face à “situação difícil, complexa, exigente que foi a base desta legislatura”.

Luis Montenegro prestou homenagem aos 132 deputados da maioria, que trabalharam pela coesão da coligação no Governo e entre os dois partidos, “para que em Portugal tivesse estabilidade política nestes quatro anos”. “Nós trabalhamos estes anos não foi só para “arrumar a casa”: Nós trabalhamos para que, depois da casa arrumada, todos tenham no futuro mais oportunidades e de fazer menos sacrifícios”, sublinhou.

No final do seu discurso, Luís Montenegro alegou que a situação da Grécia corresponde ao resultado de, “mais coisa menos coisa, aquilo que a oposição portuguesa e o PS queriam que tivesse sido a política em Portugal”, apontando como efeitos dessa política filas para levantar dinheiro e incerteza em relação às pensões. “Está provado por factos que saltam à vista de todos a olho nu que não são as políticas que nós seguimos e queremos prosseguir em Portugal que fazem com que as pessoas tenham de estar em filas intermináveis para levantar o seu dinheiro numa qualquer caixa multibanco”.

proteger as empresas, certas empresas. Hoje sabe-se que não é assim e, portanto, quem vem disputar o mercado sabe que não vai haver uma intervenção nem do ministro, nem do secretário de Estado, de nenhum membro do Governo, de ninguém influente junto da banca para evitar que certos negócios ou operações se possam concretizar ou que outras tenham mais probabilidade. (...) Na verdade, isto hoje dói muito às nossas oposições, porque gostariam que não fosse assim, não cabe no seu preconceito sobre esta maioria que seja assim”.

O actual Governo fez “um conjunto de privatizações importantes que estavam previstas no memorando de entendimento” assinado em 2011 com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional. “Há anos que sabíamos que era preciso fazer essas privatizações. Fizemo-las em boas condições”, considerou.

Dirigindo-se àqueles que diziam que o Executivo ia “vender ao desbarato as jóias da coroa”, Passos Coelho acrescentou: “Sabem hoje que com as privatizações alcançámos cerca do dobro do encaixe financeiro que estava previsto pelo anterior Governo. “Se tivéssemos vendido por metade, como o PS deixou no memorando de entendimento, teríamos defendido melhor o interesse público e interesse do Estado?”, questionou.

Por sua vez, o líder parlamentar do PSD afirmou que a maioria vai “de cabeça levantada” nas eleições legislativas do Outono levar a votos um “projecto de transformação”. “Nós vamos continuar a trilhar o caminho da recuperação, mas vamos sobretudo, de cabeça levantada, mobilizar o país para aquilo que falta fazer e aquilo que falta fazer é ainda





“Não são essas políticas que fazem com que os pensionistas se sintam inseguros, não é só relativamente ao futuro da sua pensão, é mesmo quanto à possibilidade de não a receberem, que é aquilo a que nós ainda nos dias anteriores a este pudemos assistir, lá, onde a política foi outra, lá onde a política foi, mais coisa menos coisa, aquilo que a oposição portuguesa e o PS queriam que tivesse sido a política em Portugal”, acrescentou.

Antes, o líder parlamentar do CDS-PP, Nuno Magalhães, reiterou que estas jornadas, realizadas no Clube Náutico de Alcochete, servem para preparar o debate do “Estado da Nação”. Antecipando esse debate, declarou: “Hoje temos uma nação que cresce economicamente, que capta investimento, que é capaz de criar empresas, que são capazes de criar trabalho, e com isso combater a maior fractura social, que é o desemprego”.

O líder parlamentar do PSD retribuiu essa saudação especial e salientou também a importância da estabilidade:



“Onde estaria Portugal se tivéssemos seguido aquilo que foi o desejo declarado de muitos, que era que Portugal tivesse tido eleições legislativas antecipadas?”

Luís Montenegro descreveu esta legislatura como “difícil, complexa” e considerou que todos os elementos da maioria PSD/CDS-PP “tiveram dúvidas, tiveram receios,

se questionaram” se o que estava a ser feito “era mesmo aquilo que devia ser feito”. “Aconteceu-nos a todos. E por alguma razão que não só a convicção, que é muita, por alguma razão nós vencemos também essa própria nossa inquietação, e essa razão foi a nossa coesão, a nossa solidariedade, mas, sobretudo, o nosso objectivo de servir e privilegiar sempre, acima de tudo, o interesse do país”.

As jornadas parlamentares conjuntas de PSD e CDS-PP de segunda e terça-feira serviram para preparar o debate do “Estado da Nação”. Os partidos da maioria vão também preparar “todo o trabalho parlamentar que ainda há pela frente até 22 de Julho”, porque “há dezenas de processos legislativos que estão em curso”. Segundo Luís Montenegro, nestas jornadas foi ainda feito “um balanço do trabalho dos parlamentares” e ficou “bem vincada a força e a estrutura coesa da maioria parlamentar do PSD e do CDS-PP no suporte político do Governo”, que permite aos portugueses “confiar” na proposta que os dois partidos apresentam. Estas são as quartas jornadas conjuntas de sociais-democratas e centristas e acontecem a cerca de dois meses das próximas eleições legislativas, às quais PSD e CDS-PP vão concorrer em aliança, através da coligação “Portugal à Frente”. Na sessão de abertura, discursaram o presidente de CDS-PP e vice-Primeiro-Ministro, Paulo Portas, o presidente da distrital de Setúbal do PSD, Bruno Vitorino, além de Luís Montenegro e de Nuno Magalhães, que é também presidente da distrital de Setúbal do CDS-PP.

Presidente da distrital de Setúbal do PSD defende uma ligação entre o Barreiro-Seixal

O deputado e presidente da distrital de Setúbal do PSD, Bruno Vitorino, defendeu a construção da ponte Barreiro-Seixal e o aproveitamento da Base Aérea do Montijo como complementar à Portela. “Somos um distrito que não precisa, se calhar, de ter um novo aeroporto, ao contrário do que outros defendiam, mas somos um distrito que vai continuar a insistir no aproveitamento da Base Aérea N.º 6, no Montijo, como complementar à Portela”, declarou Bruno Vitorino, na abertura das jornadas parlamentares de PSD e CDS-PP, no Clube Náutico de Alcochete, no distrito de Setúbal.

Perante os deputados da maioria, e na presença do presidente do CDS-PP e vice-primeiro-ministro Paulo Portas, o dirigente social-democrata e deputado eleito por Setúbal acrescentou: “Somos um distrito que, se calhar, não precisa de novas terceiras travessias sobre o Tejo para nos ligarem a Lisboa, mas precisa que continue a haver uma aposta nas infra-estruturas e na ligação dos diversos concelhos entre si, nomeadamente na ponte Barreiro-Seixal, ou na requalificação do IC1, em Alcácer e Grândola”.

Na sua intervenção, que durou cerca de quinze minutos, Bruno Vitorino considerou que é preciso desconstruir a ideia que “a esquerda tentou sempre passar” de que “o Governo não gosta do distrito de Setúbal, o Governo não investe no distrito de Setúbal”. “E não é verdade, nós temos de saber desmistificar esta questão. Apesar das dificuldades, apesar de ainda haver muito fazer, também muito foi feito naquilo que nós chamamos às vezes a micropolítica, que diz respeito às pessoas”, afirmou, apontando como exemplo o aumento de efectivos e novas instalações das forças de segurança.

Bruno Vitorino referiu que “houve uma diminuição grande da criminalidade, principalmente da criminalidade violenta”, e criticou os partidos que descrevem o distrito de Setúbal como “um mar de desgraça”. De acordo com o



deputado, é verdade que este é “um distrito com muitos problemas”, como o desemprego, e “muito trabalho por fazer”, mas o “preconceito ideológico de muitos municípios” - que não nomeou - também não ajuda, “emperra um bocadinho o desenvolvimento”. “A ideologia não pode ser um travão para travar esse mesmo desenvolvimento, mas ainda é, em muitos municípios do distrito de Setúbal. Se vocês imaginassem o conjunto de obstáculos que muitas autarquias continuam a pôr no dia-a-dia aos agentes económicos, aos empresários, percebiam do que estou a falar”, reforçou.



Maria Barroso era uma mulher dedicada à causa pública

O Primeiro-Ministro recorda Maria Barroso como uma figura com “uma vida ímpar”, dedicada ao serviço dos outros e à causa pública, e transmitiu as condolências em nome pessoal e do Governo português. Maria de Jesus Barroso faleceu terça-feira, 7 de Julho de 2015, aos 90 anos, no Hospital da Cruz Vermelha, em Lisboa, onde estava internada em estado grave, desde 26 de Junho. “Foi com enorme tristeza que tomei conhecimento do falecimento da doutora Maria de Jesus Barroso. Teve uma vida ímpar, toda ela dedicada ao serviço dos outros e à causa pública, tendo pugnado de forma intransigente por princípios, valores e ideais, tais como a defesa da democracia, o respeito dos direitos humanos e a elevação da dignidade da pessoa”, sublinhou Pedro Passos Coelho, num comunicado enviada à agência Lusa.

Na nota, Pedro Passos Coelho destaca a intervenção marcante de Maria Barroso nas várias vertentes onde interveio, “com destaque para a área da cultura, do teatro e do cinema, da educação, da política – tendo participado no congresso fundador do Partido Socialista –, da família e da infância, da saúde, da solidariedade social, da prevenção da violência e da integração de pessoas com deficiência”. “A doutora Maria de Jesus

Barroso deixou, ainda, uma marca notável nas muitas instituições que fundou, ajudou a criar ou presidiu, nomeadamente a Fundação Pro Dignitate, a Cruz Vermelha Portuguesa, a Associação para o Estudo e a Prevenção da Violência e a Fundação Aristides de Sousa Mendes”, recorda. Para o Primeiro-Ministro, Maria Barroso “será para sempre recordada a sua acção nobre e corajosa, o seu constante dinamismo e empenho, que contribuiu para uma sociedade civil mais robusta e esclarecida” e, por isso, foi reconhecida e agraciada ao longo da vida com várias distinções académicas e honoríficas, nacionais e estrangeiras. “Neste momento de profundo pesar, quero transmitir à família enlutada, em nome pessoal e do Governo português, as minhas mais sinceras condolências e testemunhar publicamente a grande perda que hoje todos os portugueses sentem”, destaca a nota do Primeiro-Ministro.

O PSD manifestou “o seu profundo pesar pelo falecimento de Maria Barroso”: “O PSD expressa nesta hora, à família da Dr.ª Maria Barroso e ao Partido Socialista de que foi fundadora, a mais sentida homenagem. A Dr.ª Maria Barroso dedicou a sua vida ao nosso País. Colocou toda a sua energia, fé, dignidade, cultura e qualidades huma-



nas ao serviço dos outros. Foi uma mulher precursora: visualizou no horizonte o triunfo da democracia, quis ajudar a construir o Portugal democrático e fê-lo com generosidade. Sofreu, ela própria, os constrangimentos da ditadura e da ausência da liberdade. Foi uma mulher da tolerância. Foi uma mulher livre, de uma sensibilidade estética e artística apuradíssimas e de um sentido de humanidade referencial. Entregou-se às causas mais nobres da nossa vida colectiva. A Dr.ª Maria Barroso constitui, por isso, um exemplo para as gerações mais novas”, lê-se na nota da direcção do PSD.

“O PSD mantém inabalável o seu compromisso com o projecto europeu”

Para o vice-presidente do PSD, Marco António Costa, o resultado no referendo grego, coloca nas mãos do governo helénico o “dever” de apresentar uma solução para o país. “A realidade torna-se muito simples: o referendo coloca agora nas mãos do governo grego a capacidade e o dever de apresentar uma solução para o impasse a que se chegou”, declarou o social-democrata, numa declaração, na sede nacional do PSD, em Lisboa, 5 de Julho. Tal solução, acrescentou o social-democrata, deverá encontrar um equilíbrio entre as “legítimas aspirações dos gregos” mas tendo em conta o “respeito pelas regras da união monetária”. “Não é tempo para exaltações, muito menos para precipitações, antes de [haver] diálogo com realismo e responsabilidade”, prosseguiu Marco António Costa.

O PSD, “contrariamente a outros, não navega ao sabor dos ventos”, e “mantém inabalável o seu compromisso de projecto europeu”, afirmou o porta-voz, lembrando que Atenas continua a viver uma situação de “emergência financeira e social”.

Marco António Costa apela à serenidade. “Não é tempo de exaltações! Não é tempo para precipitações! É antes tempo para um diálogo com realismo. A verdade é que hoje a situação da Grécia continua a ser de emergência financeira e social, o que obriga a uma acção de construção de soluções responsáveis e realistas”.

O “não” às propostas dos credores obteve 61,31 por cento no referendo na Grécia, segundo números do Ministério do Interior grego, enquanto o “sim” obteve 38,69 por cento (a abstenção rondou os 38 por cento). O referendo, o primeiro desde 1974, serviu para os gregos decidirem se aceitam o programa apresentado pelos credores internacionais (Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional e Banco Central Europeu) há mais de uma semana.



Partidos da coligação aprovam linhas gerais do programa eleitoral dia 10 de Julho

**PORTUGAL
NO CAMINHO CERTO**

PORTUGAL À FRENTE



Os Conselhos Nacionais do PSD e do CDS-PP vão reunir-se no dia 10 de Julho, para aprovar as linhas gerais do programa eleitoral da coligação “Portugal à Frente”. A convocatória da reunião do PSD seguiu para os conselheiros nacionais, e inclui na ordem de trabalhos um primeiro ponto de informações, ratificação das contas de 2014, aprovação das linhas gerais do programa eleitoral para as eleições legislativas e análise

da situação política.

No dia 25 de Abril, o Presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, e líder do CDS-PP, Paulo Portas, assinaram um compromisso para uma coligação entre os respectivos partidos nas legislativas. Quatro dias depois, os conselhos nacionais dos dois partidos - órgãos máximos entre congressos - aprovaram esse compromisso.

No dia 3 de Junho, PSD e CDS-PP apresentaram um documento intitulado “Portugal no caminho certo”, com as “linhas de orientação geral para a elaboração do programa eleitoral” da coligação, associado a uma “carta de garantias”. Os conselhos nacionais do PSD e do CDS-PP irão voltar a reunir-se para aprovar as listas de deputados da coligação.

Reformas na justiça são uma referência internacional



A ministra da Justiça afirmou, dia 30 de Junho, em Viana do Castelo que as reformas realizadas nos últimos quatro anos no sector são “uma referência” internacional sendo apontadas pela União Europeia com um “modelo a seguir”. “Passamos de um país em que a justiça era vista como entrave, para um país de referência. Portugal foi indicado, depois das reformas que fez na área da justiça, como modelo a seguir pela responsável da União Europeia. Neste momento nós temos não só pedidos para replicarmos as reformas que fizemos na área da justiça como temos já resultados visíveis, e numa área onde estava tudo por fazer”, sustentou Paula Teixeira da Cruz.

A governante falava numa conferência intitulada “Reforçar e Defender a Soberania no Estado de Direito”, promovida pelas distritais do PSD e CDS de Viana do Castelo. Adiantou ter “muito orgulho” do “legado” que o governo PSD/CDS vai deixar ao país nesta área. “Não sou só eu que o digo. É a nível internacional que nos pedem para nos deslocarmos, não temos tempo sequer para isso, para explicar como fizemos as reformas”, disse.

Como exemplos apontou a maior celeridade da justiça afirmando que “por cada processo que entra” nos tribunais portugueses “resolvem-se 1,7 ou 2” que, “pela primeira vez os magistrados passaram a ter prazos, os tribunais objetivos e, conselhos de gestão”, introduzido “responsabilidade e especialização” no sistema, que os cerca de “52% dos processos das empresas que se encontram em situação de insolvência se resolvem por acordo no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER), salvando milhares de postos de trabalho”.

A luta “sem fim” contra a corrupção, o enriquecimento ilícito, a “colocação da vítima no centro do direito penal”, e a lista de agressores sexuais de menores, foram outros dos exemplos que apontou.

“A primeira iniciativa da última presidência da União Europeia foi reunir todos os embaixadores em Portugal pedindo a Portugal que explicasse as reformas que fez. Todos os países da União Europeia mais a Sérvia e a Turquia. O que significa que nos podemos orgulhar de ter hoje uma justiça de referência. Dir-me-ão não se faz sentir ainda muito.



Todas as grandes reformas levam tempo a fazer-se sentir”, disse.

Para Paula Teixeira da Cruz, a justiça que existia em Portugal “era opaca”, com “legislação avulsa, dispersa, que servia para complicar”, e hoje, é uma justiça “aberta”. “É claro que isto bateu em muitos interesses, eu não ignoro isso, mas só poderia ser feito connosco porque nós estamos livres, muito livres daquilo que foi o simbolismo dos governos socialistas”, frisou.

Além da ministra da Justiça a iniciativa partidária contou ainda com a participação do ministro da Defesa, José Pedro Aguiar Branco, e do secretário de Estado da Administração Interna, João Almeida.

Aguiar-Branco “cansado” de “acusações doentias” do autarca de Viana do Castelo



O ministro da Defesa mostrou-se na segunda-feira “cansado” do comportamento e das “tendências doentias” do presidente da Câmara de Viana do Castelo relativamente ao processo de subconcessão dos estaleiros navais da cidade ao grupo Martifer. “Estou um bocado cansado porque há situações que já assumem natureza patológica, de tendências doentias para a confusão”, afirmou José Pedro Aguiar-Branco, numa conferência promovida pelas distritais do PSD e do CDS de Viana do Castelo, numa referência implícita às posições assumidas

pelo socialista José Maria Costa.

O presidente da Câmara anunciou na segunda-feira que vai pedir a reabertura das investigações ao processo de subconcessão dos estaleiros da cidade à empresa Martifer, por considerar que o Governo “não defendeu o interesse nacional”. A decisão surge na sequência da confirmação, por Bruxelas, de que Portugal nunca invocou a protecção de interesses nacionais de segurança para justificar ajudas de Estado aos Estaleiros Navais de Viana

do Castelo (ENVC).

O ministro da Defesa classificou ainda de “cena patética” o episódio protagonizado pelo autarca, em Janeiro de 2014, quando se deslocou a Lisboa para colocar uma coroa de flores na mesa onde Governo e o grupo Martifer assinaram o contrato de subconcessão dos ENVC, “pela morte dos estaleiros navais”. “Todos assistiram na televisão, a uma situação no mínimo patética”, afirmou.

Aguiar-Branco disse que os ENVC “não só não morreram como renasceram”, lamentando ainda que em maio passado, quando Passos Coelho visitou a empresa para assinalar um ano de subconcessão à WestSea, o autarca tenha “tentado ficar na fotografia, ao lado do primeiro-ministro, a brindar ao futuro da construção e da reconstrução naval, e da WestSea como nova realidade a explorar os ENVC”.

Adiantou ter dito “sempre” que o objectivo do Governo “era salvaguardar a construção e reconstrução naval em Viana do Castelo, assegurar o maior número de postos de trabalho”, adiantando que actualmente 80 por cento dos atuais trabalhadores foram recrutados entre os antigos funcionários dos ENVC.

Durante mais de meia hora de intervenção no âmbito da conferência “Reforçar e Defender a Soberania no Estado de Direito” Aguiar-Branco fez o balanço das reformas na Defesa garantindo que a “verdadeira” foi feita ao nível “das mentalidades”. “Hoje estamos todos mais realistas, estamos todos com a consciência de que o grande tema que vai estar em discussão em Outubro é o tema relacionado com o rigor, a credibilidade com a capacidade de gerir com mais cuidado os dinheiros públicos e menos as promessas que naveguem em função do sentido de oportunidade. Isso vai fazer a diferença no resultado”.





Compromisso para promover a igualdade de género

A secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade classifica de “dia assinalável para o Governo” a assinatura do compromisso de 13 cotadas para promover a igualdade de género nas administrações das empresas. Treze empresas cotadas - BCP, Impresa, EDP, EDP Renováveis, Pharol (antiga PT SGPS), Galp Energia, Luz Saúde, CTT, Lisgráfica, Media Capital, Ren, Banif e Glint - assinaram com o Governo um acordo de compromisso para ter 30 por cento de mulheres nos Conselhos de Administração e direcções até 2018, numa cerimónia que decorreu no ministério da Economia. “Este é um dia assinalável para o Governo e muito especialmente para a área da Igualdade”, congratulou-se Teresa Morais, após a assinatura do acordo.

A governante lamentou que outras empresas cotadas, nomeadamente do PSI20, não tenham assinado o documento. Questionada pelos jornalistas sobre que empresas gostaria que tivessem assinado o compromisso, Teresa Morais afirmou: “Gostava que isso tivesse acontecido com a Cofina, com a Altri, com a Portucel, com várias outras empresas, mas a verdade é que os seus responsáveis entendem não dar prioridade a esse assunto e estão no seu direito”.

A governante sublinhou que é preciso fazer a distinção entre as empresas que não assinaram, “mas até têm a preocupação incorporada e até já estão a trabalhar para esse objectivo” e aquelas que “não estão sensibilizadas para o tema e que não querem realmente fazer nada porque não entendem que isso seja necessário e, portanto, defendem a tal via natural”.

Ora essa “via natural” é algo que “para mim é contranatura, de deixar que o tempo passe que alguma coisa há-de acontecer”, acrescentou Teresa Morais, que se escusou a avançar quais as empresas que não estão sensibilizadas para o assunto.

Aos jornalistas, a governante explicou que as empresas signatárias do compromisso “sabem o que têm de fazer

para cumprir o objectivo” dos 30 por cento de mulheres nas administrações, isso “significa que dentro das atribuições dos Conselhos de Administração” serão tomadas “medidas necessárias” para que na composição dos próximos órgãos sociais “este objectivo seja tido em conta”.

Actualmente, o peso das mulheres nos cargos de administração é de 9%. Questionada se a meta de 30 por cento em três anos é muito ambiciosa, a governante explicou que esse “é o objectivo que cada empresa assume”, lembrando que na assinatura estiveram representadas 50 por cento das cotadas e quatro empresas do PSI Geral.

O secretário de Estado Adjunto e da Economia sublinhou que “50% das empresas do PSI20 que representam 60 por cento da capitalização bolsista em Portugal aderiram a este compromisso” e que este “é um tema que não está no laboratório”, mas que está no Governo, nas empresas, nas famílias, na rua.

Tendo em conta que há mais mulheres a formar-se e a trabalhar, Leonardo Mathias considerou “fundamental que esse talento que existe, o seu potencial, esteja ao serviço da economia” e elogiou o “espírito lutador” de Teresa Morais.

Este compromisso decorre da resolução do Conselho de Ministros do início de Março deste ano.

Na sua intervenção, Teresa Morais apontou que “houve oposição política ao Governo” que se apressou “a prometer lei de quotas, claramente desvalorizando a resolução do Conselho de Ministros”. “Mas a verdade é que quem agora promete lei de quotas, quando teve meios e tempo para o fazer, nunca o fez”, criticou.

Cem maiores exportadoras concentraram 45 por cento das vendas ao exterior em 2013

As 100 maiores exportadoras em Portugal concentravam 45 por cento do volume de exportações em 2013, sendo que correspondiam a 0,5 por cento do total das empresas que exportavam, revela um estudo do Banco de Portugal (BdP). O estudo, que incide essencialmente sobre o período de 2007 a 2013, e analisa a situação económica e financeira das empresas do sector exportador com base nos dados da Central de Balanços do banco central, permitiu identificar, em média, 19 mil empresas exportadoras por ano, num total de 46 mil empresas distintas ao longo do período em análise. Só em 2013, o trabalho identificou cerca de 21 mil empresas exportadoras, o que representou um aumento de 27 por cento em relação a 2007. “Em 2013, o sector exportador em Portugal compreendia 5 por cento do número de empresas, 23 por cento do número de pessoas ao serviço e 35 por cento do volume de negócios das sociedades não financeira em Portugal”, salienta o documento.

Além disso, comparativamente a 2007, observou-se “um acréscimo (...) em um ponto percentual no número de empresas, três pontos percentuais no número de pessoas ao serviço e oito pontos percentuais no volume de negócios”. O trabalho identificou ainda um conjunto de cinco mil empresas – 22 por cento do total das exportadoras, que concentravam 66 por cento das exportações em 2013. Mais de metade do volume de negócios registado em 2013 pela indústria transformadora, extractiva e dos transportes e armazenagem foi gerado nos mercados externos. O estudo, por outro lado, refere que no mesmo ano as empresas exportadoras localizavam-se, predominantemente, nos distritos de Lisboa e Porto, reunindo, respectivamente, 25 por cento e 21 por cento do número de empresas, 26 por cento e 22 por cento do número de pessoas ao serviço e 41 por cento e 17 por cento do volume de negócios. O estudo concluiu, que no período em análise, as empresas exportadoras apresentaram “menores níveis de pressão financeira” do que as empresas não exportadoras.

Governo disponibiliza 3,5 milhões de euros para formação de 1.400 desempregados

O Governo vai disponibilizar 3,5 milhões de euros para formação profissional, na área das tecnologias de informação, que será ministrada a 1.400 desempregados com educação superior, com o objectivo de acelerar a sua reentrada no mercado de trabalho. Os ministérios da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e da Educação e Ciência e o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) assinaram no dia 1, em Lisboa, um protocolo de colaboração com 26 instituições de ensino superior públicas e privadas, às quais caberá ministrar 57 acções de formação para 1.400 desempregados, com habilitações de nível superior. As acções, que se inserem no âmbito do programa Vida Activa, prevêem entre 200 a 300 horas de formação, assim como uma formação prática em contexto de trabalho com uma duração entre os três e os seis meses, e dirigem-se a pessoas inscritas nos centros de emprego e formação profissional.

Pelo lado do Ministério da Educação e Ciência, o ministro Nuno Crato declarou que está a ser dada “grande atenção à empregabilidade dos jovens” e sublinhou a “disponibilidade dos politécnicos e universidades” para darem esta formação em colaboração com o IEFP. “É uma colaboração importante que o IEFP está a estabelecer com estas instituições valorizando o papel que o ensino superior pode ter nesta requalificação. Eu diria que o IEFP foi buscar os parceiros certos”, afirmou Nuno Crato.

Produção industrial cresce 3,2 por cento em Maio

O índice de produção industrial subiu em maio 3,2 por cento em termos homólogos, o que compara com a variação nula de Abril, e atenuou a subida em termos mensais para 1,2 por cento, informou o INE. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), o agrupamento de energia contribuiu com 2,2 pontos percentuais para o índice, ao atingir uma taxa de variação de 15 por cento (face aos 10,7 por cento no mês anterior), pelo que foi o que mais “influenciou a variação do índice agregado”. Os agrupamentos de bens intermédios e de bens de investimento apresentaram igualmente contributos positivos (1,3 pontos percentuais e 0,7 pontos percentuais, respectivamente), já que registaram subidas homólogas de 3,4 por cento e 4,8 por cento (-2,3 por cento e 1,7 por cento em Abril), respectivamente. O índice do agrupamento de bens de consumo apresentou o único contributo negativo (-1,0 pontos percentuais), resultante de uma queda homóloga de 3,1 por cento (-2,3 por cento no mês anterior). O índice da secção de electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio passou de uma descida de 7,3 por cento em Abril, para um crescimento 14,8 por cento em maio, enquanto o da secção das Indústrias Transformadoras apresentou uma variação homóloga de 1,5 por cento (0,2 por cento em Abril). A variação homóloga do índice da secção das indústrias extractivas situou-se em 15,7 por cento, depois de em Abril ter sido de 7,9 por cento. Em termos mensais, o índice de produção industrial subiu 1,2 por cento em Maio, face aos 1,6 por cento registados em Abril.

Três mil militares portugueses participaram num exercício da NATO



Em Portugal, o exercício militar de grande visibilidade vai decorrer nas zonas de Beja, Santa Margarida, Tróia e Setúbal e contará, em território nacional, com mais de 10 mil efectivos de 14 países participantes, foi anunciado numa conferência de imprensa de apresentação do exercício, que decorreu no Comando Conjunto para as Operações Militares, em Oeiras, 2 de Julho.

Na conferência de imprensa que contou também com a presença dos Chefes dos Estados-Maiores dos Ramos, o Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), Artur Pina Monteiro, salientou que este “é o maior exercício da história recente da NATO”.

O exercício ‘Trident Juncture’ vai envolver, no conjunto dos três países, mais de 30 mil efectivos de 30 nacionalidades diferentes e divide-se em duas partes, o exercício de Postos de Comando (CPX), que decorre entre 3 e 16 de Outubro, e o exercício com Forças (LIVEX), entre 21 de Outubro e 06 de Novembro.

“O objectivo principal do exercício é garantir a capacidade da NATO em planear, gerar, preparar, projectar e sustentar forças e meios atribuídos em qualquer região do globo”, afirmou o ministro da Defesa Nacional, José Pedro Aguiar-Branco.

Aguiar-Branco venceu também que “através de exercícios como o ‘Trident Juncture 15’ a NATO providencia mais valor aos Estados-membros num compromisso mais forte na defesa nacional”, acrescentando que “o cenário do exercício demonstra uma natureza defensiva das actividades da Aliança e a capacidade para ajustar esta postura quando for necessário”.

A nível militar pretende-se, ainda, “explorar e potenciar todas as oportunidades de treino para a componente operacional do sistema de forças no âmbito naval, terrestre e aéreo num ambiente multinacional e de grande exigên-

cia, que irá certificar e validar as capacidades operacionais existentes”, declarou o CEMGFA.

Para o ministro da Defesa Nacional, o exercício constitui “uma excelente oportunidade para reforçar a reputação e a visibilidade de Portugal a nível internacional, permite simultaneamente demonstrar o comprometimento e empenhamento de Portugal na Aliança Atlântica como nação co-produtora de segurança”, sendo também um “enorme desafio, que implica um esforço nacional que ultrapassa o Ministério da Defesa”.

Assim, o Ministério da Defesa assume a coordenação interministerial do exercício que abrange também o Ministério das Finanças, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Ministério da Administração Interna, o Ministério da Saúde, o Ministério da Justiça, o Ministério da Economia e o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

Em simultâneo será organizado também o Fórum da Indústria NATO 2015, e durante o qual será possível às indústrias “apresentar as principais evoluções tecnológicas em curso ou previstas com utilidade para as capacidades militares”, avançou Aguiar-Branco.

Trata-se do maior exercício realizado pela Organização do Tratado Atlântico Norte, desde 2002. O exercício abrange 30 nações aliadas e a participação de mais de 25.000 militares e de 230 meios diferentes - 53 navios, sete submarinos, 129 aeronaves e 16 helicópteros.

José Pedro Aguiar-Branco já tinha referido a 24 de Junho, após uma reunião de ministros da Defesa da Aliança Atlântica em Bruxelas, que o exercício “irá ter uma grande visibilidade”, “reforça a importância de Portugal no contexto da NATO” e constituirá “uma demonstração da capacidade da NATO de responder a situações de ameaça a grande escala”.

Cerca de três mil militares portugueses vão participar no exercício da NATO ‘Trident Juncture 2015’, que decorre entre 3 de Outubro e 6 de Novembro em Portugal, Espanha e Itália, anunciou o ministro da Defesa Nacional. Além dos militares que participam directamente no exercício (940 integrados na Força de Resposta da NATO 2016 e 2220 nos meios complementares), Portugal disponibilizará ainda mais 3000 militares que funcionarão como forças de apoio (Host Nation Support), totalizando em cerca de 6000 os efectivos portugueses envolvidos neste exercício.

Fernando Ruas e Poiares Maduro debateram o futuro da política de coesão



O eurodeputado Fernando Ruas promoveu dia 1 de Julho, no Parlamento Europeu, em Bruxelas, uma audição pública no âmbito do trabalho no Grupo Parlamentar do Partido Popular Europeu, sobre “A Política de Coesão e a Revisão da Estratégia Europa 2020”. Fernando Ruas, relator da Comissão de Desenvolvimento Regional no Parlamento Europeu para esta matéria, sublinhou “o papel central da Política de Coesão enquanto principal instrumento da política de investimento da União Europeia e a sua relação com a implementação dos objectivos da Estratégia Europa 2020”.

Referiu ainda que com a revisão intercalar desta estratégia, o que se pretende é que a mesma possa adoptar, nas palavras do deputado, “uma abordagem territorial, com a previsão de metas diferenciadas para cada uma das regiões” e possa igualmente caminhar “no sentido de uma maior simplificação administrativa, evitando sobrecustos e novos encargos”.

Manifestou igualmente o desejo “que nesta revisão se tenha uma preocupação para lá do curto prazo, isto é, que se tenha em conta o que sucederá ‘para lá’ de 2020”, lembrando que “há muitas coisas a acontecer junto ao termo do período da presente



revisão - uma nova Comissão e, naturalmente, um novo Parlamento, mas também um novo Quadro Financeiro Plurianual e uma nova estratégia de longo prazo da União.”

A iniciativa contou com a presença de diversas personalidades do mundo académico e científico e teve como oradores, entre outros, Miguel Poiares Maduro, Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, Luís Leite Ramos, Deputado à Assembleia da República, MPE’s Jan Olbrycht e Lambert Van Nistelrooij, assim como outros Membros do Parlamento Europeu (MPE), representantes da Comissão Europeia, do Comité das Regiões e do Conselho da União Europeia.

Finalmente, o deputado europeu destacou ainda que esta iniciativa, ao contar com uma numerosa e interessada audiência, bem como oradores “provenientes de oito Estados-Membros” serviu para debater, “de forma o mais abrangente e consequente possível a importância da política de coesão e a sua relação com a revisão intercalar da estratégia de longo prazo da união – a estratégia Europa 2020”, que será lançada no final deste ano, por parte da Comissão Europeia.



Conselho de Ministros de 2 de Julho de 2015

1. O Conselho de Ministros aprovou a alteração dos contratos, e respectivas minutas, de seis concessões relativas à concepção, projecto, construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estradas e conjuntos viários associados designadas por: Beira Litoral/Beira Alta; Costa de Prata; Grande Lisboa; Grande Porto; Interior Norte; e Concessão Norte.

Estas alterações são o culminar do processo de renegociação de um conjunto de Parcerias Público-Privadas do sector rodoviário (PPP) determinado pelo Governo, com o objectivo de reduzir sustentadamente os correspondentes encargos públicos, num montante global que ascende a 2 070 milhões de euros, contribuindo para a viabilização financeira do sector e a sustentabilidade futura das contas públicas.

Entre as áreas contempladas nas alterações agora aprovadas estão:

- A redução expressiva da taxa interna de rendibilidade accionista de referência prevista no caso base;
- A optimização dos níveis de operação aplicáveis, tendo em consideração, nomeadamente, a alteração do quadro regulatório do sector rodoviário e o volume de tráfego actual e previsto até ao final do contrato;
- A redefinição da responsabilidade do Estado pelo financiamento e pagamento das grandes reparações de pavimento, que deixam de ser financiadas antecipadamente e com base em previsões de ocorrência que podem não se verificar, para serem pagas apenas se, e quando, efectivamente necessária e realizada a intervenção.

2. O Conselho de Ministros autorizou a Parque EXPO 98, S.A. a alienar, em bloco, as acções representativas do capital social da sociedade concessionária do Oceanário de Lisboa.

No âmbito do procedimento de negociação particular conduzido pela Parque EXPO 98, S.A., que incluiu uma fase preliminar de recolha de intenções de aquisição junto de candidatos em que participaram entidades de oito países diferentes e uma fase posterior de apreciação de todas as propostas, foram recebidas cinco propostas vinculativas.

A avaliação das propostas apresentadas foi objecto de um relatório preliminar elaborado pela Parque EXPO 98, S.A. e disponibilizado a todos os proponentes para efeitos de audiência prévia, tendo a avaliação conduzido à selecção do proponente Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A.

Todos os elementos informativos respeitantes à alienação das acções representativas da totalidade do capital social da sociedade Oceanário de Lisboa, S.A. são colocados à disposição do Tribunal de Contas.

3. O Conselho de Ministros aprovou a Estratégia Nacional para a Habitação (ENH) para o período de 2015-2031.

A ENH integra medidas concretas a desenvolver, elencando também as entidades competentes e os indicadores de monitorização da sua implantação, assumindo uma natureza mais operativa, estruturada em três pilares: a Reabilitação Urbana, o Arrendamento Habitacional e a Qualificação dos Alojamentos.

Estes três pilares agregam um conjunto de medidas sectoriais que operacionalizam e efectivam os diferentes regimes legais que têm sido aprovados nestes quatro anos.

A ENH foi sujeita a consulta pública e contou com a participação de múltiplos organismos públicos e de entidades da sociedade civil com trabalho reconhecido nas áreas da habitação e do ordenamento do território.

É criada a Comissão Nacional da Habitação (CNH), a funcionar na órbita do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU, I.P.).

4. O Conselho de Ministros aprovou a criação da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção das Crianças e Jovens, definindo a sua missão, atribuições, tipo de organização interna e funcionamento.

Passados mais de 15 anos desde a criação da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, a abertura do debate em torno do sistema de promoção e protecção evidenciou a oportunidade de introduzir melhorias na capacidade de acção do organismo com responsabilidades de coordenação estratégica da defesa dos direitos das crianças.

O diploma agora aprovado tem como objectivo fortalecer a capacidade de intervenção da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção das Crianças e Jovens face à ampla cobertura do território nacional, por comissões de protecção de crianças e jovens em perigo, proporcionando a estas comissões um acompanhamento qualificado de proximidade.

5. O Conselho de Ministros determinou a elaboração do Plano de Acção Bienal para a Internacionalização do Ensino Superior Português e aprovou a criação do Conselho para a Internacionalização do Ensino Superior.

A mobilidade é uma das áreas cujo desenvolvimento considerado crucial, existindo uma ampla margem de progresso para a atracção de mais estudantes internacionais, com o objectivo de duplicar o seu efectivo até 2020. A recente aprovação do estatuto do estudante internacional constituiu já um primeiro instrumento nesta direcção, prevendo-se ainda a definição de uma via verde para os estudantes internacionais.

6. O Conselho de Ministros aprovou a designação do governador do Banco de Portugal para um segundo mandato.

7. O Conselho de Ministros aprovou um regime sancionatório para as infracções às normas dos regimes jurídicos do céu único europeu constantes dos regulamentos da União Europeia, que estabelecem regras detalhadas para as licenças de controlador de tráfego aéreo e certificados.

O céu único europeu tem por objectivo reforçar as normas de segurança do tráfego aéreo, contribuir para o desenvolvimento sustentável do sistema de transporte aéreo e melhorar o desempenho global do sistema de gestão do tráfego aéreo e dos serviços de navegação aérea para o tráfego aéreo geral na Europa, a fim de satisfazer as exigências de todos os utilizadores do espaço aéreo.

O diploma agora aprovado define, igualmente, as situações em que os prestadores de serviços de navegação aérea podem recusar a prestação de serviços de navegação aérea de apoio à aviação civil a entidades utilizadoras destes serviços com fundamento no não pagamento de taxas de terminal ou de taxas de rota e os procedimentos a utilizar em tais casos.

8. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do regime de certificação dos maquinistas de locomotivas e comboios do sistema ferroviário maio, transpondo uma directiva da União Europeia relativa aos conhecimentos profissionais gerais, aos requisitos médicos e aos requisitos relativos à carta de maquinista.

São agora impostos novos requisitos gerais em matéria de visão e clarificadas as competências profissionais gerais relativas à carta de maquinista, tendo como objectivos garantir a segurança e a harmonização do sistema de licenciamento dos maquinistas face às discrepâncias verificadas nos países da União Europeia.

9. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração nas Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional, transpondo uma directiva da União Europeia que estabelece um quadro para o ordenamento do espaço marítimo.

Esta alteração tem como objectivo clarificar a aplicação às lagoas costeiras as normas relativas à utilização privativa de recursos hídricos para fins aquícolas, definidas para as águas de transição.

X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate

“A verdade não pode nem nunca irá prescrever”



O Parlamento debateu, na sexta-feira, o Relatório da X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate. José Matos Rosa, que presidiu à Comissão, começou por dirigir uma sentida palavra de agradecimento a todos os deputados e representantes dos familiares das vítimas que participaram activamente nos trabalhos desta X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate. “Quero agradecer a todos o empenho e a dedicação com que se envolveram nos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito e, acima de tudo, agradeço-vos a genuína procura de verdade que orientaram a generalidade das intervenções, independentemente das ideias políticas de cada um. Foi um sinal de maturidade política e de responsabilidade democrática que a todos nos honra”.

De seguida, o deputado do PSD sublinhou que sabemos bem que a investigação às causas e circunstâncias da morte do Primeiro-Ministro Francisco Sá Carneiro, do ministro da Defesa Adelino Amaro da Costa, acompanhantes e pilotos, levantam inevitavelmente naturais dificuldades no apuramento de todos os factos e na sua interpretação. “A existência de nove comissões de inquérito anteriores ao longo destas quase quatro décadas que já passaram desde a tragédia traduz bem a sensibilidade deste assunto e as dificuldades em encontrar linhas claras de investigação. No entanto ficou provado que a queda do avião na noite de 4 de Dezembro de 1980 se deveu a atentado. Pela minha parte, reafirmo que nós, deputados social-democratas, sentimos bem essa responsabilidade, sentimos de forma acrescida a urgência da verdade, na

medida em que se trata do fundador do nosso partido e do nosso líder em funções à data da tragédia. Mas estou convicto de que fomos capazes de respeitar integralmente o cumprimento do mandato que nos foi conferido pelo povo e que exigia que colocássemos de lado as naturais emoções e nos centrássemos na procura da verdade”.

A terminar, José Matos Rosa deixou uma palavra de solidariedade às famílias das vítimas, na convicção de que as conclusões desta X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate possam permitir que desta vez se tenha ido mais além na descoberta da verdade do que a Justiça alguma vez foi. “Porque a verdade não pode e não irá prescrever”, concluiu.

PSD apresenta iniciativa para alterar a lei eleitoral



Carlos Abreu Amorim apresentou, esta quinta-feira, um projecto de lei do PSD e do CDS-PP, para alterar a Lei Eleitoral para a Assembleia da República e a Lei do Recenseamento Eleitoral. De acordo com o vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD esta iniciativa visa tornar mais célere o processo eleitoral e alterar os prazos da Lei do Recenseamento Eleitoral e da Lei sobre o processo eleitoral no estrangeiro. “O grupo parlamentar do PSD tem consciência plena que o momento mais talhado para alterar prazos eleitorais não é o em que nos encontramos, mas ainda assim estamos dispostos a discutir esta matéria e é nesse sentido que apresentamos as nossas ideias. Tendo em mente o acautelamento dos riscos e das consequências negativas que possam surgir”.

Carlos Abreu Amorim manifestou a abertura do PSD para o debate desta temática em sede de comissão.

Ilha Terceira “podia estar melhor”, se não fossem as políticas socialistas



O presidente do PSD/Açores garantiu existir “total disponibilidade dos sociais-democratas açorianos para trabalhar com todos na procura de soluções para os desafios que a ilha Terceira enfrenta”, alertando, no entanto, que “essa disponibilidade não pode ser utilizada para branquear as responsabilidades dos governos socialistas e as muitas promessas feitas ao longo dos últimos anos e que nunca foram cumpridas”.

Duarte Freitas, que falava em Angra do Heroísmo, dia 2, na apresentação da lista do PSD/Açores à Assembleia da República, lamentou, por isso, “a falta de vergonha de muitos governantes regionais que andam agora aí a exigir que outros paguem aquilo que o Partido Socialista prometeu durante anos, mas nunca cumpriu”.

O presidente do PSD/Açores considerou, por isso, que “o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira apresentado pelo governo socialista não é um documento estratégico, mas sim uma desculpa de mau cumpridor e uma peça de propaganda política”. E acrescentou: “Mas os açorianos são inteligentes e não

se deixam enganar”.

Para o líder dos sociais-democratas, a situação podia agora ser diferente. “Se os governantes socialistas tivessem feito o que andaram anos a prometer para a ilha Terceira, talvez as condições para reagir à actual crise fossem melhores e talvez todos estivessem mais bem preparados para atenuar os efeitos da redução do contingente militar norte-americano na Base das Lajes.”

A cabeça-de-lista do PSD/Açores nas eleições legislativas nacionais, Berta Cabral, considerou, também, que as próximas eleições constituem uma oportunidade para “os açorianos e os portugueses afirmarem que não querem voltar atrás nem ao passado despesista dos governos de José Sócrates e António Costa que levaram Portugal à bancarrota”.

“Candidatamo-nos porque queremos ajudar a resolver os problemas dos açorianos no contexto nacional. Tudo faremos para que a Base das Lajes mantenha a sua importância social e económica, não apenas na vocação militar mas também na utilização civil”, disse a candidata social-

-democrata açoriana, recordando que “agora vamos conseguir o estabelecimento de protocolos adequados entre a Força Aérea, a Secretaria de Estado dos Transportes e a ANAC, com vista a incrementar a utilização da Base das Lajes por companhias de transporte aéreo que promovam o desenvolvimento turístico da ilha Terceira”. “É por estas e outras causas concretas que somos candidatos a servir os Açores na Assembleia da República”, afirmou.

“Tudo faremos para que a Universidade dos Açores corresponda aos interesses da nossa região e aos desafios do nosso tempo. Tudo faremos para que a Rádio e Televisão públicas nos Açores estejam ao serviço de todas as ilhas e nos aproximem da diáspora açoriana. Tudo faremos para que haja uma articulação eficiente e vantajosa entre os serviços regional e nacional de Saúde”.

Já o segundo candidato da lista, António Ventura, lembrou que “nas próximas eleições legislativas temos desafios importantes para vencer. Desde logo, assegurar que os Açores e a nossa Ilha Terceira sejam defendidos a 100 por cento em Lisboa”.

António Ventura recordou que “infelizmente, os terceirenses conhecem bem a capacidade socialista para não fazer e de ludibriar, têm razões de queixa. A nossa Ilha está parada, esquecida, desaproveitada das suas potencialidades, que, em muito, podiam contribuir para o desenvolvimento dos Açores”.

Para o candidato terceirense, “o primeiro e único responsável é quem nos tem governado nos Açores”. E recordou: “o PS governa esta região há 18 anos e na Terceira ganha eleições há 27 anos. Gerem a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória há anos e anos e querem convencer os terceirenses e os açorianos de que não têm responsabilidades na crise que a nossa Ilha vive”. Segundo António Ventura, é necessária “uma mudança de políticas que permita atingir outros resultados”.

Pescadores aguardam pagamentos do governo regional

Os deputados do PSD/Açores eleitos pela ilha de São Miguel lamentam a situação em que se encontram vários pescadores “devido aos pagamentos em atraso por parte do governo regional”. Esta situação foi denunciada aos deputados sociais-democratas açorianos durante uma visita à freguesia de Água de Pau. “Existem casos em que se encontram subsídios por receber desde 2012 para comparticipação de embarcações e equipamentos já adquiridos”.

Além desta situação, que penaliza fortemente os profissionais com verbas para receber do governo regional, os deputados do PSD/Açores eleitos pela ilha de São Miguel constataram igualmente “as queixas dos pescadores pelos problemas de inoperacionalidade no porto da Caloura”. “Ainda para mais quando esses problemas surgem na sequência de obras efectuadas pelo governo regional”.

Durante a deslocação a Água de Pau, os parlamentares reuniram com diversas instituições tendo constatado que “as maiores preocupações relacionam-se com os graves problemas sociais que se estão a verificar”.

De facto, “o desemprego afecta parte significativa da população, especialmente na sequência da crise da construção civil” e registam-se “problemas ao nível habitacional com várias famílias a viver sem condições condignas e com diferentes agregados partilhando a mesma habitação”. “Há uma grande diferença entre a realidade que encontramos nestas deslocações e os discursos dos governantes”, constataram.





Povo Livre

ORGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

Decidido na Assembleia Geral no Porto

REFORÇO DO PAPEL DA ANASD E DA IMPLANTAÇÃO DO PSD



Aspecto da sessão de encerramento da II Assembleia Geral da ANASD, que decorreu no Porto, no passado sábado, e a que estiveram presentes, entre outros, os ministros Eurico de Melo, Fernando Nogueira e Valente de Oliveira. Durante os trabalhos foram eleitos os novos órgãos nacionais da organização.

(Pág. 4)

- Felicitado o Governo pelo decisivo papel que desempenhou junto das instâncias comunitárias, que permitiu que o Orçamento da Comunidade Europeia para este ano contemplasse, não só os 64 milhões de contos originariamente previstos para as dotações dos Fundos Comunitários a atribuir a Portugal, como também uma quota extra de 11 milhões de contos não inicialmente prevista

• Decidido reforçar e consolidar o projecto sindical democrático

(Pág. 2)

CONSELHO NACIONAL DOS TSD APRECIOU A PARTICIPAÇÃO DOS SOCIAIS DEMOCRATAS NOS ÓRGÃOS DA UGT

GOVERNO INTENSIFICA RELAÇÕES COM PAÍSES AFRICANOS



O Primeiro-Ministro, Prof. Cavaco Silva, reuniu-se num almoço com os dez embaixadores africanos acreditados em Lisboa, a quem transmitiu as grandes linhas da política externa portuguesa em África. No mesmo contexto, deslocou-se a Luanda e a Maputo, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros que foi portador de mensagens pessoais do Primeiro-Ministro português, aos Presidentes José Eduardo dos Santos e Samora Machel.

Romagem ao túmulo de Sá Carneiro

Um grupo de militantes e simpatizantes organiza no próximo sábado, dia 19, às 15 horas, uma romagem ao túmulo de Sá Carneiro, no Cemitério do Lumiar, em Lisboa, evocativa do 52.º aniversário do nascimento daquele estadista e militante do PSD.

Vai e leva uma flor.



Herói e vilão

Rosa Arezes (*)

Li e não queria acreditar. Ouvi, depois, de viva voz e fiquei sem respiração. Então não é que o líder do maior partido da oposição se atreveu a afirmar que as últimas semanas na Grécia têm sido “a dramática ilustração” do que seria a situação em Portugal sem o PS!

No seu entusiasmo mirabolante, o secretário-geral cor-de-rosa prometeu ainda uma “alternativa de confiança” que “rompe com a austeridade”. E que, se for eleito primeiro-ministro, defenderá na mesa do Conselho Europeu em Bruxelas “uma política diferente”.

Isto é o que se chama o despudor completo e a construção de uma realidade ficcionada: para António Costa, Portugal só não está a viver uma situação catastrófica como a da Grécia por causa do PS! Nem mais, nem menos!

Valha-nos um pouco de bom senso... O líder cor-de-rosa até parece que se esqueceu que foram os socialistas que deixaram o País na iminência da bancarrota. Que foram eles que se ajoelharam a pedir ajuda externa. Que foram eles que negociaram com a Troika os termos do “Memorando”. E que, depois de terem criado o problema, tudo fizeram, ao longo destes quatro anos, para que a situação se agravasse.

O PS nem uma única vez colaborou na solução, mas tratou sempre de complicar, numa estratégia miserável de “quanto pior melhor!”. Era o fantasma da espiral recessiva. Era a certeza de um segundo resgate. Era a necessidade de um programa cauteloso. Era e é, enfim, a demagogia constante, a amnésia permanente dos socialistas.

Ainda bem que António Costa reconhece, finalmente, que Portugal está numa situação muito diferente da Grécia. Mas isso deve-se ao heroico esforço dos Portugueses que, num período de enormes dificuldades, souberam estar à altura das suas responsabilidades e mostrar um espírito de sacrifício a toda a prova. Deve-se ao Povo português e à ação deste Governo que, sob a liderança determinada e corajosa de Pedro Passos Coelho, foi capaz de seguir o rumo traçado.

Bom seria, por isso, que António Costa cultivasse um pouco a sua memória. E que se lembrasse da acção política de Matteo Renzi na Itália e do que o camarada François Hollande tem feito na França. E das posições que ambos assumem nas instâncias europeias. E, já agora, que alguém lhe explicasse quem são, politicamente, o Vice-chanceler germânico e os Presidentes do Eurogrupo e do Parlamento Europeu e lhe dissesse que o SPD integra a coligação que governa a Alemanha.

Bom seria que cultivasse a memória para poupar a País a tamanhos dislates. E para não continuar com as atoardas demagógicas e a hipocrisia desavergonhada a que já nos vem habituando, prometendo a quadratura do círculo e o milagre da multiplicação dos pães.

Bem pode António Costa prometer uma alternativa. Difícil é que ela seja de confiança!

(*) Deputada do PSD



O exemplo de Diogo Vasconcelos

Jaime Quesado (*)

Faz quatro anos que morreu Diogo Vasconcelos. Uma morte inesperada, que a todos deixou perplexos. Diogo Vasconcelos foi sobretudo um exemplo. E os exemplos mais do que nunca importam em Portugal neste tempo de crise. Diogo Vasconcelos soube como ninguém dar o seu melhor pelo projecto de um Portugal Inovador e Ambicioso e a honra dos que como eu fizeram parte do seu círculo de amigos mais próximos vai ficar para sempre na memória das coisas que vale sempre a pena recordar. Diogo Vasconcelos era uma pessoa com uma inteligência rara, uma visão única do futuro, que dedicou toda uma vida de conhecimento e sabedoria a interpretar a realidade dum país que amava e que sabia que não se conseguia encontrar com o futuro.

Diogo Vasconcelos defendia fortemente uma “cultura empreendedora” para Portugal. A matriz comportamental da população socialmente activa do nosso país é avessa ao risco, à aposta na inovação e à partilha de uma cultura de dinâmica positiva. Importa por isso mobilizar as Capacidades Positivas de Criação de Riqueza. Fazer do Empreendedorismo a alavanca numa nova criação de valor que conte no mercado global dos produtos e serviços verdadeiramente transaccionáveis sempre foi uma das grandes ideias de Diogo Vasconcelos na sua batalha pela modernidade.

Diogo Vasconcelos era um homem da Inovação. A falta de ambição e de um sentido de futuro, sem respeito pelos factores “tempo” e “qualidade” não era para Diogo Vasconcelos tolerável nos novos tempos globais. Segundo as suas sábias palavras, precisamos de novas ideias, de novas soluções, de projectar na sociedade o exercício da responsabilidade individual de forma aberta e participada. O Diogo era um homem onde a vontade de fazer coisas novas e diferentes corria à velocidade do so. Diogo Vasconcelos soube melhor do que ninguém interpretar o sentido do tempo e a importância de se ser diferente num mundo onde tudo é cada vez mais igual.

Diogo Vasconcelos era um homem da Sociedade do Conhecimento. A ausência da prática de uma “cultura de cooperação” tem-se revelado mortífera para a sobrevivência das organizações e também aqui Diogo Vasconcelos foi sempre muito claro. Na Sociedade do Conhecimento sobrevive quem consegue ter escala e participar, com valor, nas grandes Redes de Decisão. Num país pequeno, as Empresas, as Universidades, os Centros de Competência Políticos têm que protagonizar uma lógica de “cooperação positiva em competição” para evitar o desaparecimento. Por isso, importa potenciar e verdadeiramente reforçar uma “capacidade de cooperação” positiva, com dimensão estratégica capaz de se consolidar a médio prazo.

Diogo Vasconcelos foi a voz mais genial e inovadora de uma geração. Uma geração que não se resigna à passividade e que sempre pactuou pela ambição da diferença. Conheci o Diogo em plena vida universitária e partilhámos durante todos estes anos experiências e cumplicidades únicas. A vida do Diogo foi uma vida rápida mas com sentido. Todos nós nos podemos orgulhar de ter feito parte dela. Tenho muito orgulho em ter sido amigo do Diogo e de ter no seu exemplo um referencial único que faz neste tempo de crise e de incerteza dar algum sentido à vida.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALBUFEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Albufeira, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 13 de Julho de 2015, (segunda-feira) pelas 21h00, no Hotel Brisa Sol, sito na Rua do Município, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Aprovação das contas
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Outros assuntos

ALMODOVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almodôvar, para reunir, no próximo dia 15 de Julho de 2015, (quarta-feira) pelas 18h30, na sede, sita na Rua Pequeninha, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Eleições Legislativas 2015
- 3 - Outros assuntos

CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Cartaxo, para reunir no próximo dia 16 de Julho de 2015, (quinta-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Rua Serpa Pinto, Lote 3 - 1º Dtº, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Processo das Eleições Legislativas 2015

CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Coruche, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 17 de Julho de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Travessa dos Guerreiros, nº 26, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Legislativas 2015 - informações e processo de indicação dos candidatos a deputados
- 2 - Análise e discussão da situação política actual - nacional e local

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Portimão, para reunir no próximo dia 17 de Julho de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, na Casa Manuel Teixeira Gomes - Portimão, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Análise da situação política-partidária - Alínea a) do n.º 2 dos Estatutos
- 2 - Ratificação das candidaturas para as Listas à Assembleia da República do Círculo Eleitoral de Faro da Coligação "Portugal à Frente" que integra o PSD, votadas e propostas pela Comissão Política de Secção de Portimão, conforme o previsto na alínea c) do n.º 2 do art.º 43.º dos Estatutos.



PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da Póvoa de Lanhoso, a reunir no próximo dia 17 de Julho de 2015, pelas 21h00 (Sexta-feira.) na Sede concelhia sita na Rua Comandante Luís Pinto da Silva Nº 1 4º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Análise da situação política

Ponto Dois: Outros Assuntos

ASSEMBLEIA CONCELHIA BARREIRO - EXTRAORDINÁRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se Assembleia, para reunião no próximo dia 14 de Julho de 2015, pelas 20h30m, na Sede do PSD Barreiro, sita na Rua de Trás-os-Montes, nº 4 B 2830 Barreiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Discussão e Aprovação da data para eleição da Comissão Política Concelhia e Mesa de Assembleia.

2 - Outros assuntos.

CONSELHO DISTRITAL DE FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da Região do Algarve, para reunir no próximo dia 18 de Julho de 2015, pelas 14 horas, no Centro Autárquico de Quarteira, sita Rua Vasco da Gama n.º 85, 8125-256 Quarteira, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - Análise da situação política regional e nacional;

3 - Apresentação das propostas do Gabinete de Estudos da Comissão Política Distrital da JSD/Algarve para inserir no Programa da JSD e do PSD/Algarve às Legislativas 2015;

4 - Apresentação, discussão e votação da (s) indicação (ões) da Comissão Política Distrital da JSD/Algarve para candidato (s) a deputado (s) da JSD nas Eleições Legislativas de 2015 pelo círculo eleitoral de Faro;

5 - Outros;

Nota:

Mais se informa que, posteriormente à ordem de trabalhos, irá reunir o Conselho Distrital em debate subordinado ao Tema "Saúde" que contará com individualidades regionais do sector.



II CONSELHO NACIONAL /2015

Nos termos do disposto no artigo 20.º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional para uma reunião no próximo dia **10 de Julho, sexta-feira, às 21H00, no Hotel Sana, em Lisboa (Av. Fontes Pereira de Melo, 8), com a seguinte**

Ordem de Trabalhos

1 - Informações;

2 - Ratificar as contas de 2014, nos termos do artigo 18º, nº 2, alínea i) dos Estatutos;

3 - Aprovar as linhas gerais do Programa Eleitoral para as Eleições Legislativas, nos termos do artigo 18º, nº 2, alínea f) dos Estatutos;

4 - Análise da situação política.

O Presidente da Mesa do Congresso

Fernando Ruas
Fernando Ruas

Lisboa, 1 de Julho de 2015